

Relatório de Atividades

2º Trimestre - 2021

ESTADO DE SÃO PAULO



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2021



Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Corregedoria

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Renato Martins Costa

Robson Marinho

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 a 17/01/2021)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021 a 16/04/2021).

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (a partir de 19/04/2021).

Corpo de Auditores:

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores:

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores:

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores:

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Jéssica Helena Rocha Vieira Couto

Luiz Claudio Manfio

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

1. CORPO DIRETIVO.....	27
2.1 FÍSICOS:.....	28
2.2 ELETRÔNICOS:	28
2.3 CONTAS DO GOVERNADOR	29
3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	30
3.1 PELO TRIBUNAL PLENO	30
3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	30
3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	30
3.4 PELO CORPO DE AUDITORES.....	30
4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC.....	32
5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	32
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	32
6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	32
6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	32
6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II	33
6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC.....	35
6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	35
6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	36
6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	37
6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	37
6.2.1.1. Planejamento e Orçamento.....	37
6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44
6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	45
6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP.....	46
6.6. OUVIDORIA	47
6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	47
6.8. REVISTA DO TCE.....	49
6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	49
6.10. CERIMONIAL.....	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP.....	50



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Doses Aplicadas - Janeiro a Junho.....	7
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	28
Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs.....	33
Tabela 4 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados	33
Tabela 5 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados.....	34
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes.....	40
Tabela 7 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital	40
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes	41
Tabela 9 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital	41
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes.....	42
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital	42
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes	43
Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital	43
Tabela 14 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre	45
Tabela 15 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	46
Tabela 16 – Comunicados expedidos pelo GP no 2º Trimestre	50
Tabela 17 – Comunicados expedidos pela SDG no 2º Trimestre.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º Trimestre	31
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual	34
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal.....	35



APRESENTAÇÃO

Em homenagem ao primado constitucional da publicidade, e objetivando apresentar à sociedade e à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o produto de sua atuação institucional, mormente o quanto determinado no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c.c. o artigo 3º, IX, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** edita o presente **RELATÓRIO**, que reúne as principais atividades desenvolvidas no decorrer do **SEGUNDO TRIMESTRE do exercício de 2021**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa *interna corporis*.

Em que pese a continuidade do delicado quadro decorrente da pandemia da Covid-19, o Tribunal de Contas segue atuante no cumprimento de seu mister constitucional, mercê da ***incorporação às suas atividades de recursos tecnológicos***, conforme destacado no relatório de atividades referente ao trimestre anterior.

A par das ações fiscalizatórias, o momento tem igualmente exigido a ***ativa atuação do TCESP em sua vertente pedagógica***, tendo em vista não só o contexto pandêmico, mas também inovações ocorridas no âmbito legislativo, como a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações. Tais ***ações de viés orientativo***, consubstanciadas em manuais, cursos e eventos, atuam como importante aliadas no sentido de se evitar impropriedades e irregularidades nos atos dos administradores.

As atividades doravante descritas, ***relativas ao segundo trimestre***, demonstram o significativo peso que a dimensão pedagógica assumiu no campo de atribuições da Corte, ***evidenciando que o controle externo engloba, mas não se resume às atividades de matiz puramente repressivo***.



2ª FISCALIZAÇÃO ORDENADA – TRANSPARÊNCIA – TERCEIRO SETOR

No segundo trimestre, o TCESP conduziu a **2ª Fiscalização Ordenada de 2021**, tendo como objeto a **“Transparência nas Entidades do Terceiro Setor”**.

A ação abrangeu 106 entidades, distribuídas em 72 municípios, empregando 159 servidores para a avaliação da efetividade dos portais de transparência de entidades do Terceiro Setor que recebem recursos públicos.

Os dados obtidos subsidiariam a elaboração de um **Relatório Gerencial, bem como de um Relatório Comparativo**, tendo em vista que 88 das aludidas entidades figuraram no escopo de Fiscalização análoga realizada no ano passado. Conforme procedimento já adotado, as informações segmentadas e regionalizadas foram encaminhadas aos Conselheiros Relatores dos processos ligados às entidades fiscalizadas.



2ª Fiscalização Ordenada: Transparência nas Entidades do Terceiro Setor

Acesse o **Relatório Consolidado** por meio do código (QR Code) ao lado.



2ª Fiscalização Ordenada: Transparência nas Entidades do Terceiro Setor

Acesse o **Relatório Comparativo** por meio do código (QR Code) ao lado.



GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19:

Apoiado em recursos tecnológicos, o Questionário da Gestão de Enfrentamento do COVID-19 é aplicado mensalmente a todos os entes jurisdicionados, tanto da esfera estadual como da municipal, extraindo dados dos mais variados aspectos da atuação administrativa, ao final consubstanciados em um panorama geral da atuação do poder público no combate à pandemia, promovendo a transparência e incentivando o controle social.



Este Tribunal através de questionário passou a monitorar se os 644 municípios fiscalizados (exceto a Capital) estão registrando corretamente as informações sobre as pessoas imunizadas contra o coronavírus no Sistema Vacivida, do Governo Estadual, que permite o acompanhamento individualizado e em tempo real do registro de pessoas imunizadas, além de contar com relatórios atualizados de doses aplicadas e da cobertura vacinal, abastecendo, ao final, a base de dados do Ministério da Saúde.

Os municípios que não efetuarem o correto registro da vacinação poderão estar sujeitos à aplicação de multas, por inadimplência, bem como à comunicação do fato ao Ministério Público do Estado.

As informações prestadas pelas Administrações paulistas passarão a fazer parte dos procedimentos de monitoração diários da Corte, como órgão de controle externo, e os dados serão confrontados com aqueles divulgados localmente pelos municípios por meio de boletins e das redes sociais, dentre outros meios idôneos de comunicação.

De acordo com os dados obtidos pelo TCESP, os 644 municípios receberam, ***até o último dia de junho de 2021***, 19.355.316 doses, sendo 17.683.857 aplicadas até então.

Tais dados, referentes à quantidade de doses recebidas e aplicadas pelos municípios até o mês de maio, foram obtidos por meio das informações mensais prestadas pelas Prefeituras no Questionário ***“Gestão de Enfrentamento da Covid-19”***.

A partir do mês de junho, o quantitativo de doses recebidas e vacinas aplicadas passou a ser extraído diretamente do Sistema Vacivida, do Governo Estadual, contendo registro nominal de doses, alimentado pelos profissionais de saúde que atuam nas Salas de Vacinação dos municípios.

O quantitativo de doses aplicadas entre os meses de janeiro a junho do corrente ano em todos os municípios jurisdicionados a este Tribunal encontra-se indicado no quadro a seguir:



Tabela 1 - Doses Aplicadas - Janeiro a Junho

Grupo	Dose Única	Primeira Dose	Segunda Dose	Total
Idoso	941	5.105.614	2.845.769	7.952.324
População em Geral	103.200	3.621.100	7.727	3.732.027
Trabalhador de Saúde	561	1.362.637	1.013.948	2.377.146
Comorbidade	2.704	2.316.887	27.612	2.347.203
Trabalhador da Educação	536	576.639	215.321	792.496
Estudo Clínico		109.295	26.466	135.761
Idoso em ILPI	12	55.504	49.567	105.083
Pessoa com deficiência permanente severa	410	53.341	473	54.224
Motoristas e Cobradores de ônibus	115	41.103	244	41.462
Pessoa com Deficiência	229	38.440	157	38.826
Aeroviários	20	31.759	168	31.947
Pessoa maior de 18 anos, portadora de deficiência e residente em RI	56	12.924	6.071	19.051
Portuários	2	15.700	39	15.741
Trabalhador da Segurança Pública	74	9.448	5.371	14.893
Quilombola	3	6.114	4.313	10.430
População em situação de rua	451	4.870	374	5.695
Indígenas	4	3.047	2.628	5.679
Metroviários/CPTM	6	3.044	40	3.090
Ribeirinhas	1	777	1	779
Total	109.325	13.368.243	4.206.289	17.683.857



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Eletrônico da Gestão de Enfrentamento do COVID-19.

SUBSÍDIO – ELABORAÇÃO DE DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA

No período, o TCESP encaminhou, para apreciação dos parlamentares que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sugestão de redação para a elaboração de Projeto de Decreto Legislativo (PDL) a fim de reconhecer, coletivamente, a situação de calamidade pública nos municípios paulistas em razão da pandemia da COVID-19.



A redação sugerida pela Corte estabelece que os Prefeitos deverão notificar imediatamente o Legislativo municipal sobre a abertura de créditos extraordinários por Decreto. Além disso, as contratações emergenciais e autorizações para despesas adicionais deverão estar relacionadas à situação de calamidade pública, e a divulgação dos gastos precisará constar no Portal da Transparência.

As Prefeituras também deverão comprovar, por meio de documentos e justificativas técnicas e jurídicas, elementos como pesquisas de preço, urgência e necessidade da aquisição de produtos ou contratação de serviços sem licitação.

O Tribunal de Contas fiscalizará os atos praticados, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade dos atos administrativos, da despesa e de sua execução.

LIVE – NOVO FUNDEB

As *lives sobre* “O novo Fundeb”, realizadas no trimestre, visaram debater inovações legais, bem como prestar orientações aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS). Tendo como objeto as disposições da Lei Federal nº 14.113, de 2020, que criou o novo modelo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), **o primeiro evento ocorreu em 08 de abril**, com as demais edições **realizadas nos dias 24 e 25 de junho**. As lives contaram com a participação de **mais de 3.000 interessados** durante as transmissões, registrando até o **momento mais de 16.000 visualizações**.

FARO – FERRAMENTA DE ANÁLISE DE RISCO DE OBRAS

Também no período, com a finalidade de aprimorar a fiscalização dos recursos usados em obras públicas no Estado, o TCESP lançou oficialmente uma ferramenta inovadora para monitorar e apontar possíveis sobrepreços em contratos ajustados com o poder público.

Trata-se do sistema FARO (Ferramenta de Análise de Risco de Obras), que tem como objetivo prevenir possíveis irregularidades na execução de obras públicas – no Estado e nos 644 municípios fiscalizados – inibindo eventuais prejuízos aos cofres públicos.



O anúncio de que o piloto já está disponível **para uso e testes por parte dos jurisdicionados** foi feito pelo Comunicado nº 19/2021, emitido pela Secretaria-Diretoria Geral e veiculado na edição do Caderno Legislativo da Imprensa Oficial do dia 13 de abril.

Desenvolvido em conjunto pela Divisão de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas (AUDESP), pelo Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual (NAEC) e pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), o FARO combina sistemas de inteligência, banco de dados e fórmulas científicas para efetuar cruzamento de informações e análises inteiramente automatizadas, baseadas em preços de referência, orçamentos e valores unitários de obras públicas.

A sistemática, desenvolvida pelas áreas técnicas da Corte, sem ônus para a instituição, havia sido inicialmente apresentada em março de 2020, porém encontrava-se disponível apenas para uso interno das equipes de fiscalização e dos gabinetes dos Conselheiros.

A Corte promoveu igualmente uma capacitação direcionada aos jurisdicionados e responsáveis por contratos de obras e de serviços de engenharia, com o fim de apresentar as principais características da tecnologia.

Durante o encontro virtual, técnicos do Tribunal prestaram esclarecimentos sobre os objetivos do teste piloto da ferramenta, perfil de acesso, integração com o Sistema AudeSP, *layout* de dados exigido pelo Sistema FARO, simulação de envio de planilha orçamentária e possíveis erros, dentre outros assuntos relacionados ao tema.

CONTROLE EXTERNO EM FOCO

Para discutir formas de auditorias eficazes aplicadas ao controle externo e debater a aplicação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) no âmbito das ações dos Tribunais de Contas, o TCE-SP promoveu, no trimestre, a live **‘Controle Externo em Foco’**.

A atividade, transmitida em tempo real pela internet, foi realizada em conjunto com a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), tendo como público central os servidores que atuam nas áreas de fiscalização dos Tribunais de Contas do Brasil e demais interessados no tema.



Durante a capacitação, que contou com palestras e debates, foi apresentado o projeto ‘**Controle Externo em Foco**’, que trata do Panorama Geral das NBASP e sua aplicação.

VACINAÇÃO – DESAFIOS NO COMBATE À COVID-19

A campanha de vacinação também foi tema de um dos encontros virtuais realizados pelo TCESP no trimestre, com o tema “**Vacinação: desafios no combate à COVID-19**” e presença do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas; a especialista em imunizações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Lely Guzmán; e o Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Juarez Cunha.

Organizado pelo **Observatório do Futuro** da Corte, o encontro fez parte de uma série de eventos que a área organiza desde o ano passado, com apoio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), todos envolvendo discussões on-line sobre temas relacionados à pandemia e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

PAINEL DO RIO TIETÊ – ATUALIZAÇÃO:

O ‘**Painel Rio Tietê**’ é uma ferramenta desenvolvida com o propósito de apresentar a situação dos contratos de obras do Programa de Despoluição do Rio Tietê, realizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp), além de monitorar e garantir a transparência dos recursos públicos destinados à despoluição do rio, em toda a sua extensão no Estado de São Paulo.

A atualização do sistema ocorrida em maio, com data-base referente a outubro de 2020, aponta que dos 46 contratos firmados pelo Governo do Estado, desde novembro de 2010, 28 seguem em execução e 14 foram concluídos. Os contratos em execução somam R\$ 1.709.665.297,44 ao passo que os já concluídos custaram aos cofres públicos R\$ 1.051.889.802,44.

Duas contratações estão paralisadas, ao valor de R\$ 469.274.976,54, e outras duas - com valor total de R\$ 57.680.208,72 - foram rescindidas.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Rio Tietê



MAPA DAS CÂMARAS – ATUALIZAÇÃO:

No trimestre, o TCESP também atualizou os dados que integram a ferramenta ‘**Mapa das Câmaras**’, incluindo os gastos empregados no custeio e no pagamento de pessoal efetuados pelas Câmaras Legislativas dos 644 municípios jurisdicionados entre maio de 2020 e abril de 2021.

Desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal de Contas em conjunto com a Divisão de Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo (Audesp), a ferramenta tem como principal objetivo tornar públicos os recursos utilizados por vereadores e o impacto que o Poder Legislativo causa frente aos orçamentos dos municípios.

De acordo com o levantamento, as Casas Legislativas, que abrigam 6.921 vereadores nos municípios do Estado de São Paulo (exceto a Capital), já consumiram, entre recursos para custeio e pagamento de despesas com pessoal, um montante de **R\$ 2.886.028.869,90**, no período de 12 meses.

O custo para a manutenção dos legisladores, em plenários que vão de nove a 34 cadeiras, considerando a população estimada em 33.964.101 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alcança uma média per capita de R\$ 84,97.

Segundo o balanço do período, 23 Câmaras Municipais têm despesas que excedem o montante de recursos próprios arrecadados pelos municípios que, basicamente, são oriundos do recolhimento de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN e ITBI) e da cobrança de taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).

A cidade de Aspásia, localizada na região noroeste do Estado, é a que tem o maior déficit de arrecadação municipal quando comparado com as despesas da Câmara. Neste caso, o gasto legislativo – que totaliza R\$ 742.670,85 – é 212,04% maior que a arrecadação do município, gerando uma diferença entre custo e receita no valor de R\$ 392.428,34.

Com 838 moradores, o município de Borá contabiliza o maior valor despendido por número de habitantes. A Câmara Municipal custou R\$ 734.085,38 entre maio de 2020 e abril de 2021 frente a uma arrecadação da ordem de R\$ 441.651,50. A média, neste caso, é de R\$ 876 para cada cidadão.



Composta por 33 parlamentares, a Câmara de Campinas foi a que apresentou maiores custos, ultrapassando a marca de R\$ 107 milhões no intervalo de 12 meses. Já o Legislativo de Guarulhos, o maior plenário dentre os municípios paulistas, com 34 vereadores, consumiu mais de R\$ 98 milhões no mesmo período.

Todos os dados estão disponíveis para acesso e download na forma de planilhas no endereço abaixo indicado.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Mapa das Câmaras

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA:

A Corte também disponibilizou no período as novas edições, referentes aos meses de abril e maio, do 'Boletim de Jurisprudência' – publicação mensal da Corte que traz, de forma simplificada e selecionada, as principais decisões e julgamentos realizados pelas Câmaras e pelo Pleno.

Orientado pela Presidência do TCE com a Secretaria-Diretoria Geral, o material divulga enunciados de jurisprudência decorrentes dos entendimentos proferidos pelos Conselheiros-Relatores e são selecionados a partir da relevância das teses firmadas e identificadas como importantes para ementas jurisprudenciais.

Com caráter informativo, o boletim não substitui a publicação oficial das decisões e seus efeitos legais e destaca decisões dos Conselheiros-Relatores, desde Exames Prévios de Editais, contratos, convênios, prestações de contas, até balanços gerais, entre outras matérias que tramitaram na Corte.

ESPIRAL DO CONHECIMENTO:

Outra iniciativa da Corte desenvolvida no trimestre foi o projeto '**Espiral do Conhecimento**' – série de capacitações que buscam aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos técnicos dos servidores do TCESP.



O projeto consiste na produção de aulas curtas, ministradas por técnicos e especialistas da área da fiscalização e veiculadas no **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) desta Corte**. As capacitações foram disponibilizadas periodicamente com temas de relevância e interesse da atuação prática dos servidores do TCESP.

Ao final de cada atividade, fóruns no formato ‘tira-dúvidas foram disponibilizados para debate e interação dos interessados a respeito dos temas objeto da capacitação.

EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS EM CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

DIAS
**6, 13,
20 e 27**
de maio
quinta-feira
10h00 | 12h00
2021

CICLO DE WEBINARES
**EXPERIÊNCIAS
PRÁTICAS EM
CONCESSÕES
E PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADAS**

**LIVE
STREAMING**

Com o intuito de discutir experiências práticas em concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promoveu a partir de maio um ciclo de webinários, integrado por uma sequência de quatro encontros semanais. As atividades, gratuitas, foram direcionadas a servidores municipais e estaduais dos órgãos fiscalizados pela Corte de Contas paulista, advogados, acadêmicos de Direito e demais interessados.

Com o tema **‘25 anos da Lei de Concessões’**, o primeiro webinar ocorreu na quinta-feira (6/5), das 10h30 às 12h00, com abertura desta Presidência. A palestra inaugural foi proferida pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que abordou **a Lei de Concessões e o desenvolvimento nacional**.

Em seguida, o Professor Titular de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), Carlos Ari Sundfeld, falou sobre **as perspectivas da legislação para o futuro**, enquanto o Assessor Técnico-Procurador e Professor de Direito da FGV-SP, Guilherme Jardim Jurksaitis, abordou **os impactos da lei no regime jurídico das contratações públicas**.



O segundo encontro ocorreu no dia 13 de maio, **com enfoque nas concessões de serviços públicos e sua relação com o desenvolvimento**. O Assessor do TCESP, Rafael Hamze Issa, atuou como moderador das palestras, proferidas pela Subsecretária de Parcerias do Estado de São Paulo e Professora da FGV Direito SP, Tarcila Reis, **que discorreu sobre o programa paulista de concessões e o aprimoramento da infraestrutura e dos serviços público no Estado de SP**; e pelo Professor de Direito da PUC-PR, Bernardo Strobel Guimarães, que abordou **as concessões de serviços públicos e a promoção de direitos sociais**.

Com o intuito de discutir o controle externo e a regulação das concessões, o penúltimo webinar, no dia 20 de maio, contou com palestras da Diretora de Assuntos Institucionais da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) entre 2017 e 2020, Renata Perez Dantas, que tratou **dos desafios atuais da regulação dos contratos de concessão**, e do Advogado Diego Jacome Valois Tafur, que debateu o **controle externo em contratos de concessão na perspectiva do gestor público**. O Assessor-Técnico do TCESP e Professor da Escola de Economia FGV-EAESP e da Sociedade Brasileira de Direito Público, Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes, foi o moderador dos debates.

O encerramento do ciclo ocorreu no dia 27 de maio, tendo como temática **as inovações legislativas em concessões e Parcerias Público-Privadas**. Com moderação do Auditor-Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, as palestras foram proferidas pelo Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e do IDP, Gustavo Justino de Oliveira, e pela Professora de Direito da FGV-SP e da Sociedade Brasileira de Direito Público, Vera Monteiro. Os debates versaram sobre a arbitragem na nova Lei de Concessões e sobre concessão por adesão.

Somados, os eventos contaram com a participação de mais de **1.700 espectadores únicos** durante as transmissões, registrando até o momento **mais de 7.500 visualizações**.

O conteúdo completo do ciclo de webinários pode ser acessado pelos links constantes do quadro resumo indicado no relatório, ao final desta seção.



NOVA LEI DE LICITAÇÕES – CURSO ONLINE

Em continuidade ao programa de capacitações, a Corte também organizou, em parceria com a Fundação Arcadas, de apoio à Faculdade de Direito da USP, **um ciclo de palestras destinado à discussão dos principais pontos introduzidos pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21)**. A série compôs-se de cinco aulas para capacitar gestores públicos, servidores municipais e estaduais, advogados, acadêmicos de Direito e demais interessados no tema.

A primeira aula abordou assuntos como vigência, âmbito de aplicação e as novas definições da Lei nº 14.133/21, sendo ministrada pelo Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP), Floriano de Azevedo Marques Neto.

O segundo dia de atividades teve como tema principal a preparação da licitação e dos contratos e, como palestrantes, o Professor Associado da USP Marcos A. Perez e o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

Em sequência, na terceira aula, o Professor Titular da USP, Fernando Menezes, e o Conselheiro Renato Martins Costa debateram a mutabilidade contratual nos distintos regimes de contratação.

Já no quarto dia de curso, o Vice-Presidente do TCESP, Conselheiro Dimas Ramalho, e o Professor Doutor da USP, Rodrigo Pagani de Souza, discorreram sobre os contratos de colaboração.

Fechando a programação, foram abordados temas como controle das licitações e dos contratos e sanções administrativas previstas na legislação, em debates técnicos conduzidos pela Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Carolina Zancaner Zockun, e pelo Conselheiro-Decano Antonio Roque Citadini.

Somados, os eventos foram acompanhados por mais de **53.000 espectadores únicos durante as transmissões**, registrando até o momento **mais de 115.000 visualizações**.

O conteúdo completo das cinco aulas programadas pode ser acessado pelos links constantes do quadro resumo indicado no relatório, ao final desta seção.



V SEMINÁRIO – GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO:

Em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), a Corte realizou no trimestre o **‘V Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação’**.

Com o objetivo de estimular as reflexões em torno das diferentes perspectivas do acesso à informação e orientar quanto à gestão documental, o evento foi direcionado aos servidores estaduais que atuam em serviços de promoção da transparência, como Serviços de Informações ao Cidadão (SIC), Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) e Ouvidorias.

Com transmissão em tempo real pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) no YouTube, o evento contou com participação desta Presidência, em conjunto com o Coordenador do APESP, Thiago Lima Nicodemo.

No seminário, os interessados puderam acompanhar as palestras do Diretor da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC/APESP), Jorge Leite Bittencourt, que discorreu sobre o tema ‘Transparência ativa: direito do cidadão, dever do Estado’; da Diretora Executiva da Open Knowledge Brasil (OKBR), Fernanda Campagnucci, que falou sobre transparência de dados da pandemia; e da Diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, Ieda Pimenta Bernardes, que debateu sobre ‘Transparência ou proteção de dados?’.

CPI DA PANDEMIA:

Em atendimento à solicitação feita pela **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia**, este Tribunal enviou a relação de **todos os processos e ações de fiscalização relativos à aplicação de recursos federais destinados ao Estado e aos municípios para o combate à pandemia da COVID-19**.

Os arquivos disponibilizados pela Corte de Contas contêm dados e informações que abrangem o governo estadual e os municípios (exceto a Capital) com população até 200 mil habitantes, em atendimento ao solicitado na forma do Requerimento nº 142-2021, de autoria do Senador Ciro Nogueira.



No total foram relacionados 1.427 processos autuados entre 2020 e 2021, com atualização até março deste ano, sendo 1.231 processos de acompanhamento especial; 58 contratos municipais (R\$ 147.065.292,35); 25 repasses a entidades do Terceiro Setor (R\$ 75.964.899,65); e 10 contratos estaduais (R\$ 35.580.661,97).

Constam da relação autos de acompanhamento especial e dependentes dos processos de contas estaduais e municipais, com atualizações mensal, quadrimestral ou semestral.

Com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Comissão, o TCESP, adicionalmente, enviou todos os balancetes contábeis consolidados no exercício de 2020 que constam da base de dados da Auditoria Eletrônica e o relatório das principais atividades desenvolvidas pela Corte.

O TCE informou, ainda, que fiscaliza outros 40 processos de acompanhamento especial, 75 contratos de municípios que perfazem a soma global de R\$ 134.863.870,07 e 18 autos de repasses a entidades do Terceiro Setor, que totalizam R\$ 46.741.384,93 - todos recursos de fontes federais não foram remetidos por contarem com população superior a 200 mil habitantes.

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Com o tema ‘Lei Geral de Proteção de Dados’, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promoveu, nos meses de maio e junho), **2 (duas) edições da Jornada de Privacidade**, eventos on-line destinados a debater o impacto da legislação no setor público e como deve ser feito o tratamento dos dados pessoais.

A 1ª Jornada contou com a abertura desta Presidência e a participação do Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), Fabio Correa Xavier, e do Ouvidor e Encarregado de Dados do TCESP, Pedro Palomares. Já a palestra, proferida pela advogada especialista em Direito Digital, Patrícia Peck Pinheiro, abordou assuntos relacionados à proteção de dados, dentre eles, informações que podem e não podem ser inseridas em processos, vez que são públicos após o julgamento; papel do Agente: operador ou controlador e a diferença entre eles; a atribuição do Encarregado e a necessidade de uma equipe para tratar as requisições dos titulares.



Já a 2ª jornada, também conduzida pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), Fabio Correa Xavier, e pelo Ouvidor e Encarregado de Dados do TCESP, Pedro Palomares, teve como palestrante o Diretor de Relações Governamentais e Assuntos Regulatórios da IBM Brasil, Andriei Gutierrez, que discorreu sobre a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto da transformação digital brasileira, apresentando ainda boas práticas aplicadas pelo mercado.

Os eventos foram direcionados a servidores de Tribunais de Contas de todo o país, servidores municipais e estaduais, advogados e demais interessados no tema.

PAINEL DA SAÚDE – ATUALIZAÇÃO:

O **'Painel da Saúde'** é uma ferramenta desenvolvida pela Corte com o objetivo de apresentar um panorama consolidado da assistência hospitalar pública prestada aos cidadãos. A plataforma permite, por exemplo, a busca de dados, por hospital, para análise do atendimento prestado e dos recursos hospitalares disponíveis, como a quantidade de médicos que prestam assistência e o total de internações, consultas e exames realizados, detalhes sobre os tipos de leitos (de internação, cirúrgico) e de equipamentos (tomógrafo, aparelho de ressonância magnética, ultrassom com doppler colorido e ecógrafo) disponíveis.

Em sua última atualização, ocorrida no 2º trimestre, e que abrange todo o exercício de 2020, com dados colhidos junto ao Ministério da Saúde e às Pastas estaduais da Saúde e da Fazenda, a ferramenta passou a contar com informações relativas a **272 hospitais próprios**, administrados diretamente pelo Estado e/ou pelos municípios. Não estão incluídos, no entanto, os hospitais de entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, como as Santas Casas.

A última atualização do painel indica que 171 hospitais (62,87%) estão sob gestão municipal e 101 unidades sob a responsabilidade do Estado – o que representa 37,13%.

O Painel ainda segmenta as unidades em dois tipos de unidades: Hospitais Gerais (236) e Hospitais Especializados (36). No primeiro caso, foram realizadas 1.115.819 internações com permanência média de 5,7 dias por paciente. Já os atendimentos nas unidades especializadas alcançaram o montante de 132.566 internações, representando uma média de 7,22 dias por enfermo.



O levantamento ainda registra que, nesses hospitais, um total de 97.615.606 procedimentos – entre consultas, tratamentos, cirurgias, exames e atendimentos ambulatoriais – foram realizados ao longo do exercício de 2020. A amostra representa 38.307 leitos existentes na rede de atendimento disponível.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel da Saúde.

CURSO ON-LINE SOBRE CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

A saúde também foi tema de seminário destinado a instruir membros dos Conselhos Municipais de Saúde sobre sua estrutura, organização, funcionamento e efetividade.

O objetivo da live foi levar aos participantes entendimentos sobre a estrutura e o funcionamento de um Conselho Municipal de Saúde e como acompanhar as ações e os serviços de saúde. Para isso, o conteúdo programático incluiu o controle social e como este se insere na Administração Pública brasileira, a definição de Conselhos Municipais de Saúde, bem como se dá sua instituição e reformulação, e como é feita a organização, estrutura, funcionamento, competência e autonomia desses conselhos.

Outros tópicos abordados foram o Regimento Interno e o Código de Conduta dos Conselhos de Saúde, e como funcionam o planejamento, a fiscalização e o acompanhamento das ações e dos serviços de Saúde.



VISOR – ALERTAS DE CUMPRIMENTO À LRF

O **Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas** – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de consolidar informações relativas aos alertas previstos na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O sistema classifica as prefeituras de acordo com a quantidade e natureza dos alertas recebidos.



No 2º trimestre, o Visor foi atualizado **com informações relativas ao primeiro e segundo bimestres, bem como ao primeiro quadrimestre de 2021.**

A última atualização, realizada em 25/06, apontou que 565 das 644 prefeituras jurisdicionadas – um percentual de 87,7% – receberam algum tipo de alerta previsto no §1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal: **189** por estarem com arrecadação abaixo do previsto (inciso I); **143** por efetuarem gastos excessivos com pessoal (inciso II); **001** devido aos montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontrarem acima de 90% dos respectivos limites (inciso III); e **512** por apresentarem indícios de comprometimento da gestão orçamentária (inciso V).

Os alertas constam também de **Comunicados da Presidência**, publicados no Diário Oficial do Estado, que também relacionam os municípios de cuja análise não resultou quaisquer alertas, bem como aqueles com análise prejudicada por incompletude no envio de dados.



visor
Visão Social de
Relatórios de
Alertas LRF

Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Sistema Visor



PAINEL DE OBRAS ATRASADAS OU PARALISADAS – ATUALIZAÇÃO:

Lançado em março de 2019, com atualização trimestral, o Painel de Obras do TCESP permite ao cidadão acompanhar a listagem de todos os empreendimentos que estão com problemas de cronograma no território paulista.

Em sua última atualização, ocorrida no trimestre, o sistema aponta que o Estado de São Paulo iniciou o primeiro trimestre do ano com 1.156 obras atrasadas ou paralisadas. Distribuídas na Capital e em municípios do interior e do litoral paulista, os investimentos nesses projetos, em valores iniciais de contratos, firmados por meio do Estado e dos municípios, superam a casa dos R\$ 25 bilhões.

Os dados foram colhidos pela Corte de Contas até o dia 12 de abril e mostram a situação dos três primeiros meses de 2021. De acordo com as informações contidas no Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas, atualizado na terça-feira (18/5), 646 empreendimentos estão paralisados e 510, atrasados.

Em relação ao período anterior (quarto trimestre de 2020), o número de obras com problemas aumentou de 1.139 para 1.156, mas os recursos públicos empregados caíram de R\$ 46.283.854.368,76 para R\$ 25.495.471.452. A principal causa da queda nos investimentos foi a retomada das obras da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo. Com valor inicial de mais de R\$ 23 bilhões, o maior empreendimento de infraestrutura do país estava paralisado desde setembro de 2016, foi retomado por meio de Parceria Público-Privada e tem como nova meta de conclusão o ano de 2025.

Cerca de 85% dos empreendimentos são de âmbito municipal (977), ao passo que, aproximadamente, 15% são da esfera estadual (179). As obras de responsabilidade do Estado respondem por 90,64% do valor total (R\$ 23.108.874.107,00) enquanto que as municipais por 9,36% do montante (R\$ 2.386.597.345,80).

Os investimentos da União abastecem 402 obras (34,8%), enquanto o Tesouro do Estado é fruto de recursos para 382 (33%). O setor com mais problemas é a Educação, com 252 obras, o equivalente a 21,8% do total. Obras de equipamentos urbanos (praças, quadras e similares), da área da Saúde (Hospitais, Postos de Saúde, UBS, CAPS e similares) e de mobilidade (obras em vias urbanas) aparecem na sequência como os setores mais afetados.



O mapa disponibiliza gráficos que apontam as principais fontes de recursos dos empreendimentos e a classificação das obras por áreas temáticas (Educação, Saúde, Habitação, mobilidade urbana, abastecimento de água e tratamento de esgoto e melhoria dos equipamentos urbanos, dentre outros).



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Eletrônico de Obras Atrasadas ou Paralisadas.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO:

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), participou, representado por esta Presidência, na segunda-feira (31/5), às 10h00, do lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), iniciativa que busca apoiar as organizações brasileiras na orientação aos gestores públicos para promover a administração com elevados padrões de integridade.

O evento foi direcionado aos gestores públicos de todo o país e as atividades têm como público central administradores, servidores, controladores e colaboradores das mais de 18 mil organizações públicas cadastradas em todo o Brasil.

Voltado a todos os gestores das organizações públicas (das três esferas de governo e dos três poderes em todos os Estados da federação), o programa teve o objetivo de reduzir os níveis de fraude e corrupção no Brasil a patamares similares aos de países desenvolvidos.

O PNPC é uma proposta adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

No Estado de São Paulo, em conjunto com diversos outros órgãos de controle, o Tribunal de Contas integra os trabalhos que são conduzidos pelo Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo (FOCCOSP).







O Colegiado do Fórum é composto por membros do TCU e da CGU no Estado e representado por meio do Tribunal de Justiça; do Ministério Público; do Ministério Público de Contas do TCESP; da Ouvidoria-Geral do Estado; da Procuradoria Geral do Estado; e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP).

As principais diretrizes do programa têm como foco fortalecer as estruturas de prevenção à corrupção das organizações públicas; induzir a melhoria do perfil dos gestores públicos; e manter sob controle a corrupção no país. O programa disponibiliza ferramentas e treinamentos para implantação de boas práticas de controle e prevenção à corrupção.

A iniciativa conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC); da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom); do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A ação conta, também, com o apoio da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP) e da Associação Paulista dos Municípios (APM).



QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES E LINK PARA ACESSO:

	O Novo Fundeb e os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) - 08/04/2021	
	O Novo Fundeb e os Conselhos Municipais – 24 e 25/06/2021.	
	Vacinação: desafios no combate à Covid-19 - 29/04/2021	
	FARO – Ferramenta de Análise de Risco de Obras - 10/05/2021	
	1ª Jornada da Privacidade - Lei Geral de Proteção de Dados-26/05/2021	
	2ª Jornada da Privacidade - Lei Geral de Proteção de Dados - 30/06/2021	
	Controle Externo em Foco - 26/04/2021	
	Controle Externo em Foco - 31/05/2021	
	Controle Externo em Foco - 28/06/2021	

QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES E LINK PARA ACESSO:

	Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração 1 - Vigência, âmbito de aplicação - 24/05/2021	
	Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração 2 - Fase de Preparação - 31/05/2021	
	Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração 3 - A Mutabilidade Contratual - 07/06/2021	
	Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração 4 - Os Contratos de Colaboração - 14/06/2021	
	Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração 5- O controle das licitações e dos contratos - 21/06/2021	
	Conselhos Municipais de Saúde - 17/05/2021	
	V Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação - 17/05/2021	
	WEBINAR 1 – 25 ANOS DA LEI DE CONCESSÕES - 06/05/2021	



QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES E LINK PARA ACESSO:

	WEBINAR 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO- 13/05/2021	
	WEBINAR 3 - Controle Externo e Regulação das Concessões - 20/05/2021	
	WEBINAR 4 - Inovações Legislativas em Concessões e PPP 27/05/2021	



1. CORPO DIRETIVO

Desde 1º de fevereiro de 2021, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO - VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 a 17/01/2021)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021 a 16/04/2021).

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (a partir de 19/04/2021).

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 a 17/01/2021)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021 a 16/04/2021).

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (a partir de 19/04/2021).



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

Não houve distribuição de processos físicos no segundo trimestre de 2021. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas que reduzissem a circulação de pessoas nas dependências da Corte, esta Presidência suspendeu a tramitação, os prazos e o julgamento de processos físicos, inicialmente no período de 11 de março a 4 de abril (Ato GP nº 04/2021 - DOE de 04/03/2021), e, após, por tempo indeterminado (Ato GP nº 06/2021 - DOE de 01/04/2021).

2.2 ELETRÔNICOS:

No 2º trimestre de 2021, foram distribuídos **5.825** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCDER	GCSEB	GCRRM	CA	GP	
Ações	1	1		2				5	9
Adiantamentos	6	6	7	7	7	6			39
Atos de Pessoal	4	2	3	4	5	4	1385	2	1409
Balanco Geral do Exercício							7		7
Concurso Público		1		1					2
Contratos	271	96	109	234	214	154	297	18	1393
Controle de Prazos	6	8	6	6	6	8	19		59
EPE	121	126	109	107	109	99			671
Expedientes	53	61	51	38	42	53	30	122	450
Expedientes do Ministério Público	18	19	21	25	19	14	25	83	224
Expedientes do Poder Judiciário	13	18	14	8	7	13	11	29	113
Instrução de Representação								21	21
Recursos	80	38	82	78	96	89	16	131	610
Relatório de Fiscalização			2		1				3
Repasses Públicos	104	106	99	110	93	106	146	3	767
Representação	16	2	2	2	10	9	3	4	48
Total Geral	693	484	505	622	609	555	1939	418	5.825

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 5.825



2.3 CONTAS DO GOVERNADOR

As **Contas do Governador – Exercício 2020** foram apreciadas em Sessão Extraordinária realizada em 23 de junho, na qual a Corte emitiu parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas sob a responsabilidade do Governador João Doria. O voto, lavrado pelo **Conselheiro Vice-Presidente, Dimas Ramalho**, foi acompanhado por unanimidade pelos demais membros do Colegiado.

Na plenária, que contou com quase cinco horas de duração, o Conselheiro-Relator apresentou o relatório de fiscalização desenvolvido por meio da Diretoria de Contas do Governador (DCG), dados da execução do orçamento e discorreu acerca dos programas e projetos que foram acompanhados pelo TCE na forma de fiscalizações operacionais.



Utilize o QR CODE ao lado para visualizar a íntegra da 1ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, realizada em 23/06/2021.



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 (onze) Sessões Ordinárias** e **1 (uma) Sessão Extraordinária**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **307 processos**, dentre os **532** inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **581 representações**, dentre as **593** pautadas, em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Apreciou as **Contas do Governador do Estado, exercício 2020**, em Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 23 de junho de 2021.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **3 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **12 (doze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.022 processos**, dentre os **1.276 pautados**.
- A Segunda Câmara reuniu-se em **12 (doze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.417 processos**, dentre os **1.688 pautados**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2021 foram proferidas **468 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

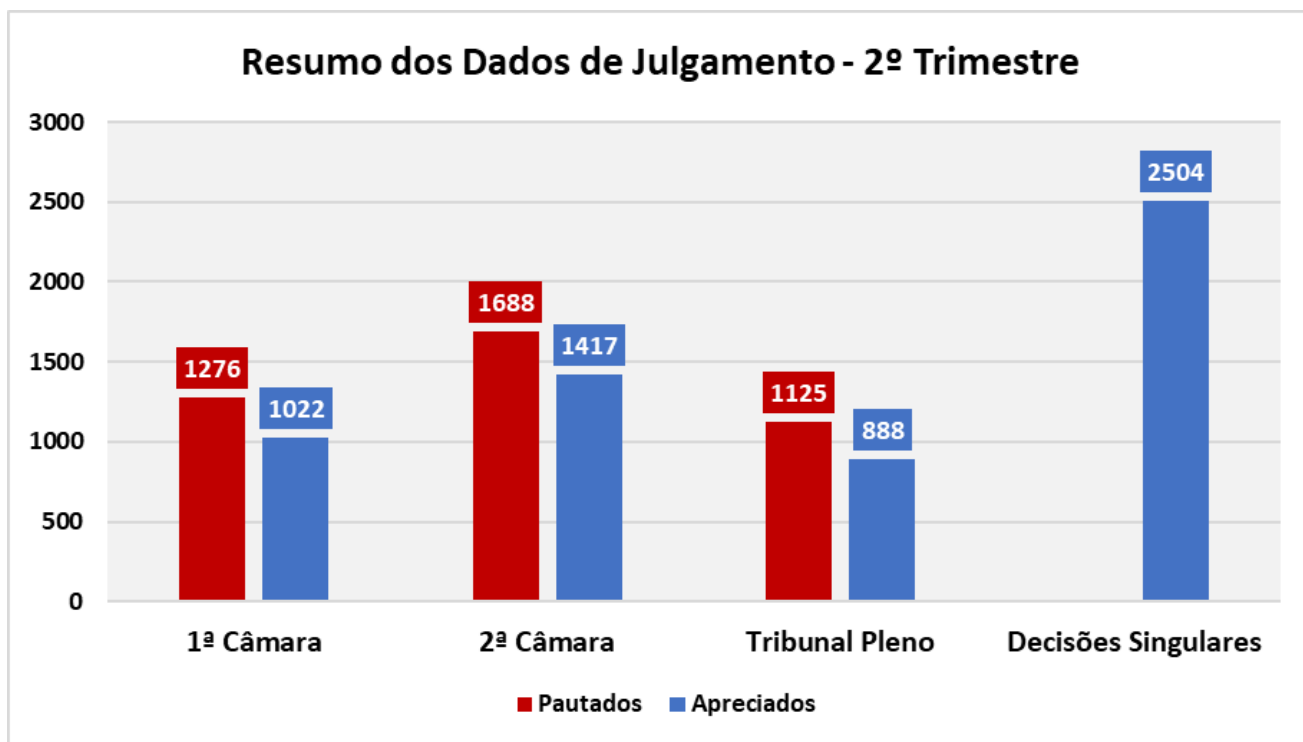
Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **2º Trimestre de 2021**, **2.036 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.



O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º Trimestre





4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **8.522 processos**.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2021, a P.F.E se manifestou em **1.720 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **2.009 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **4.089 processos**, dos quais **716** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **2.235 certidões**, todas em meio eletrônico.



6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetadas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **16.238 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 3 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	51
Processos Eletrônicos	16.187

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 4 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	TOTAL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	-	-	-	-
AUTARQUIA ESTADUAL	-	1	2	3
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	1	-	1	2
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	1	1
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1	-	-	1
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	2	-	7	9
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	-	2	7	9
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	1	1	2	4
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-
SECRETARIA	3	2	5	10
TRIBUNAL	1	-	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	19	21	6	46
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	-	-	-
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	42	10	-	52
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	1	1	-	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-
	71	38	31	140



Tabela 5 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	TOTAL
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	85	62	54	201
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	-	1	1	2
AUTARQUIA MUNICIPAL	42	10	16	68
CÂMARA MUNICIPAL	237	90	58	385
CONSÓRCIO MUNICIPAL	25	5	10	40
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	3	1	4	8
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	7	2	3	12
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	5	4	2	11
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	-	-	-	-
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	15	7	6	28
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	27	14	15	56
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	12	-	1	13
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	9	3	-	12
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	10	5	3	18
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	2	2	4
PREFEITURA MUNICIPAL	176	174	410	760
	653	380	585	1.618

Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

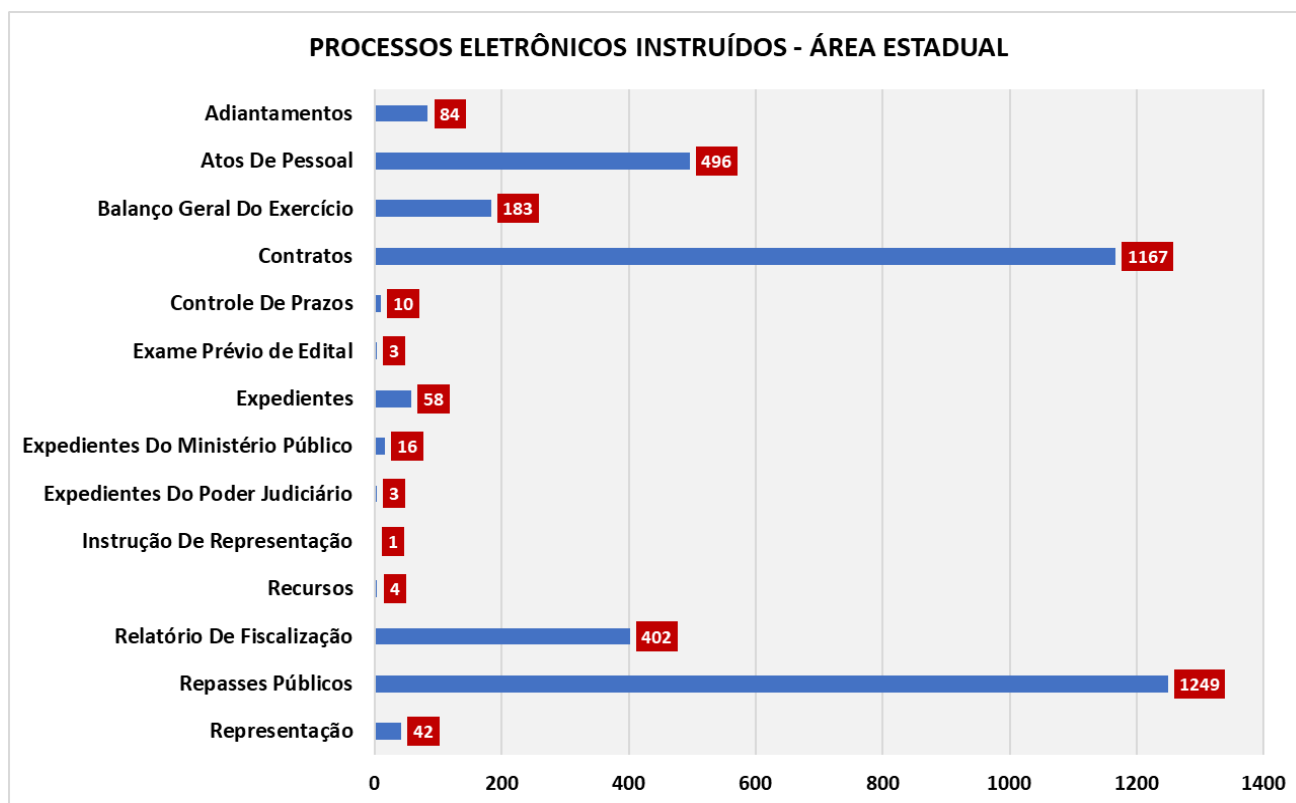


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pela Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **16 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **53 processos** da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **468 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **5.693 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.



6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2021 a Divisão de Auditoria Eletrônica – AudeSP efetuou **1.180 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

A Divisão, no período, também trabalhou na incorporação de melhorias aos painéis de cruzamento de dados, como o **Projeto Ares**, que efetua análises de redes societárias, atuando ainda na implementação do **Projeto Águila**, que emitirá alertas para subsídio dos trabalhos de fiscalização.

Também atuou na elaboração do primeiro relatório Análise de Preços Públicos, que identificou sobrepreço já usando a base de dados de Notas Fiscais Eletrônicas. No período, conduziu o **Projeto APP – Análise de Preços Públicos**, que trata os dados das Notas Fiscais e disponibiliza as informações de preços médios e demais variáveis estatísticas em sistema de apoio à Fiscalização.

Foram ainda conduzidas atividades relacionadas à apuração do **IEG-M 2021** (ano base 2020) e à coleta de dados do **IEG-Prev 2021** (ano base 2020). A respeito do tema, a Divisão AUDESP também elaborou o manual do sistema de validação do IEG-M, destinado às equipes de fiscalização, bem como concluiu o relatório SMART 2021 (ano base 2020).



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.033 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.309, de 29 de dezembro de 2020, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.286, de 20 de agosto de 2020 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2021”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.030.537.561,00**, sendo **R\$ 1.027.263.065,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$3.274.496,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.286/20), o Decreto N.º 64.488, de 22 de janeiro de 2021, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2021 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 28 de janeiro de 2021.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2021 (Decreto n.º 64.488/2021) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.



Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 16.730.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO n.º 02001/2021-4-0001, concluído em 10/02/2021, no valor total de **R\$4.900.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º020030-1/2021, de 05/02/2021, na seguinte conformidade: **R\$3.000.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, para modernização de elevadores do TCESP (SEI nº 2931/2019-61 e **R\$ 1.900.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária que serão utilizados na reforma da UR-03 –Campinas (SEI nº 5037/2020-86) e da UR-11 – Fernandópolis (SEI nº 1861/2020-67).

2. Expediente SAO n.º 02001/2021-4-0003, concluído em 09/04/2021, no valor total de **R\$6.330.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2021, de 05/02/2021 e 020030-2/2021 de 09/02/2021, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

2.1 - Conta 33.90.40.90, no valor Total de **R\$ 4.020.000,00**, para:

- a)** Atender a lei geral de Proteção de Dados (LGPD):
- Contratação de consultoria especializada para realizar as mudanças que a nova lei exige e instruir os servidores – **R\$ 350.000,00**;
 - Aquisição de solução de armazenamento de logs de segurança e tratamento de dados pessoais – **R\$ 850.000,00**;
- b)** Renovação dos certificados digitais para os domínios tce.sp.gov.br e tcesp.tc.br no ano de 2021 – **R\$ 503.000,00**;



c) Aquisição de nova solução de armazenamento e processamento dos serviços de TI para atender o crescimento e novas implantações pelos próximos anos, ao mesmo tempo que melhora o processo de backup – **R\$ 1.787.000,00**;

d) Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços técnicos para a implantação de soluções de processamento de alto desempenho e armazenamento de grandes volumes de informações, bem como, transferência de conhecimento e suporte técnico especializado – **R\$ 530.000,00**.

2.2 - Conta 44.90.52.20 no valor de R\$ 2.310.000,00, para:

a) Aquisição de equipamento de hiperconvergência ou similar, visando aumentar a capacidade de armazenamento e processamento para os serviços de TI – **R\$ 1.360.000,00**;

b) Aquisição Servidores, Racks e nobreaks para adequar a infraestrutura e instalações de TI nas Unidades Regionais – **R\$ 900.000,00**;

c) Aquisição de materiais de rede, como conectores, mini-switches, cabos, nobreak para switches CORE e discos para storageTV, objetivando a continuidade da evolução do ambiente de redes e o sistema de segurança da informação – **R\$ 50.000,00**.

3. Expediente SAO n.º 02001/2021-4-0004, concluído em 07/05/2021, no valor total de **R\$ 5.500.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n. 020030-2/2021 de 09/02/2021, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

3.1 - Conta 33.90.40.90 no valor Total de R\$ 1.000.000,00 na seguinte conformidade:

a) Serviços de Tecnologia da Informação – **R\$ 1.000.000,00**.

3.2 - Conta 44.90.52.20 no valor de R\$ 4.500.000,00 na seguinte conformidade:

a) Aquisição de equipamentos de Tecnologia da informação.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2021, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2021 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Maio	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
TOTAL	933.628.339	91.246.792	2.387.934	-	93.634.726	1.027.263.065

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Maio	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
TOTAL	0	3.274.496	-	3.274.496	1.030.537.561

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2021 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	2.098.913	-	9.699.752	87.470.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	4.218.913	-	11.819.752	89.590.986
Maio	77.771.234	7.600.839	1.198.913	-	8.799.752	86.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
TOTAL	933.628.339	91.246.792	9.307.934	-	100.554.726	1.034.183.065

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	3.272.764	-	3.272.764	90.743.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	2.582.764	-	2.582.764	92.173.750
Maio	0	4.772.764	-	4.772.764	91.343.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
TOTAL	0	13.084.496	-	13.084.496	1.047.267.561

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2021 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	5.253.313,71	-	-	5.253.313,71	79.911.998,47
Fevereiro	70.449.428,31	28.966.216,10	910.076,04	-	29.876.292,14	100.325.720,45
Março	75.539.084,37	10.304.805,10	389.073,57	-	10.693.878,67	86.232.963,04
Abril	70.874.272,71	4.226.819,37	16.380,00		4.243.199,37	75.117.472,08
Maio	67.077.454,97	2.438.092,39	367.990,00		2.806.082,39	69.883.537,36
Junho	71.636.910,63	823.380,24	10.624,96		834.005,20	72.470.915,83
TOTAL	430.235.835,75	52.012.626,91	1.694.144,57	-	53.706.771,48	483.942.607,23

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	610,00	-	610,00	79.912.608,47
Fevereiro	-	3.064.664,22	-	3.064.664,22	103.390.384,67
Março	-	84.326,00	-	84.326,00	86.317.289,04
Abril	-	31.294,50	-	31.294,50	75.148.766,58
Maio	-	570.290,00	-	570.290,00	70.453.827,36
Junho	-	-	-	-	72.470.915,83
TOTAL	-	3.751.184,72	-	3.751.184,72	487.693.791,95

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2021 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	2.995.870,81	-	-	2.995.870,81	77.654.555,57
Fevereiro	69.750.428,31	4.992.210,04	58.813,90	-	5.051.023,94	74.801.452,25
Março	75.556.203,02	5.889.877,54	80.573,05	-	5.970.450,59	81.526.653,61
Abril	70.891.411,36	5.927.455,44	421.315,11	-	6.348.770,55	77.240.181,91
Maio	67.094.593,62	4.377.646,92	114.374,54	-	4.492.051,46	71.586.645,08
Junho	71.654.049,28	3.960.445,94	80.272,01	-	4.040.717,95	75.694.767,23
TOTAL	429.605.370,35	28.143.536,69	755.348,61	-	28.898.885,30	458.504.255,65

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	77.654.555,57
Fevereiro	-	-	-	-	74.801.452,25
Março	-	610,00	-	610,00	81.527.263,61
Abril	-	19.532,00	-	19.532,00	77.259.713,91
Maio	-	33.603,65	-	33.603,65	71.620.248,73
Junho	-	51.868,50	-	51.868,50	75.746.635,73
TOTAL	-	105.614,15	-	105.614,15	458.609.869,80

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de março e 29 de maio de 2021, respectivamente.



6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico à **2ª Fiscalização Ordenada de 2021**, cujo tema foi a avaliação da **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor**, realizada de forma integralmente remota. Ao final, o DTI elaborou relatório comparativo, para análise da evolução dos quesitos fiscalizados, em relação à fiscalização de mesmo tema realizada em 2020.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI, no trimestre, incorporou melhorias técnicas aos **Questionários Eletrônicos COVID-19 (obtenção dos dados de jurisdicionados quanto ao enfrentamento da pandemia)**, assim como ao **Painel Tietê, Painel de Obras Atrasadas/Paralisadas, Painel da Saúde e Mapa das Câmaras**.

No período, também atuou na inclusão de novas funcionalidades aos sistemas relacionados aos **Índices de Efetividade da Gestão (IEGM e IEG-Prev)**, como novas regras de análises e rotinas de cálculo.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **2.863 atendimentos telefônicos**, sendo **718 para usuários internos e 2.061 para usuários externos**. No período também foram gerados **4.122 chamados de atendimento**, com um total de **4.040 finalizados**.



6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, elaborou **1.158 manifestações em processos e expedientes**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **43 processos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **792 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **25 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, promoveu **137 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts.

Tabela 14 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre

2º Trimestre - 2021	Quantidade de Eventos	Número de Visualizações
Reuniões Pedagógicas	50	455
Cursos e Eventos promovidos pela EPCP e/ou outros setores do TCESP	74	182.873
Podcast PodContas	13	1516
Total	137	184.844



6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 15 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Atendimentos	Telefone	402	382	366	1150
	Fale Conosco	520	574	554	1648
	“Web”	239	253	238	730
	“Phone”	6	4	6	16
	E-mail	23	22	32	77
	Outros	252	295	278	825
	Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos	130	2106	395	2631
	Manifestações em Processos SEI	30	85	103	218
	Envio de e-mails (Comunicados)	100	90	130	320
Cadastros	Advogados	168	186	185	539
	Partes	392	1034	409	1835
	Órgãos	83	738	682	1503
	Participação PILOTO ¹	0	1	1	2
	Processos Cadastrados PILOTO	7	7	3	17
	Liberação do PILOTO para Produção	2	3	1	6

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se:





- RADAR e-TCESP:
 - Publicação da nova versão dos dashboards de:
 - Gabinetes
 - Áreas Técnicas
 - DSFs
 - Estudos e desenvolvimento de novos dashboards para Gabinetes

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.480 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **58 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB	WhatsApp	0800	e-SIC
 Ouvidoria			
995 Solicitações	339 Solicitações	88 Solicitações	58 Solicitações

Registre-se ainda o total de **4.111 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 2º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **139 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **58 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **12 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.



A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



Aumento de 86 curtidas no trimestre. A página registra 14.783 curtidas de página e 16.395 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



O perfil registrou 291 novos tweets no trimestre. Totaliza 8.387 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.822 seguidores.



O canal registrou 688 novos inscritos no trimestre e 24.518 visualizações adicionais. São 6.652 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013 e 354.400 visualizações.



14.767 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.



O perfil registrou 188 postagens novas em relação ao trimestre anterior, com aumento de 173 seguidores. São 632 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 3.483 seguidores.



6.8. REVISTA DO TCE

Encontra-se em elaboração a Edição nº 148 da Revista do TCE, que abordará os principais fatos e acontecimentos referentes ao 1º semestre de 2021.

Sob coordenação do Conselheiro Vice-Presidente, Dimas Ramalho, a Revista do TCESP trará ainda a publicação de artigos produzidos por servidores da Casa, além da íntegra de votos que foram objeto de destaque durante as sessões de julgamento.

6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 2º trimestre de 2021 o Cerimonial se fez presente em **18 eventos virtuais**.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **2º Trimestre de 2021**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 16 – Comunicados expedidos pelo GP no 2º Trimestre

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	24/2021	ALERTAS – LRF – 2º BIMESTRE E 1º QUADRIMESTRE	25/06/2021
GP	23/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 23/06/2021	24/06/2021
GP	22/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 16/06/2021	17/06/2021
GP	21/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 09/06/2021	10/06/2021
GP	20/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 02/06/2021	03/06/2021
GP	19/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 26/05/2021	27/05/2021
GP	18/2021	ALERTAS – LRF – 1º BIMESTRE	21/05/2021
GP	17/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 19/05/2021	20/05/2021
GP	16/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 12/05/2021	13/05/2021
GP	15/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 05/05/2021	06/05/2021
GP	14/2021	RETORNO GRADUAL ATIVIDADES PRESENCIAIS	30/04/2021
GP	13/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/04/2021	29/04/2021
GP	12/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/04/2021	15/04/2021
GP	11/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/04/2021	08/04/2021
GP	10/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 31/03/2021	01/04/2021



Tabela 17 – Comunicados expedidos pela SDG no 2º Trimestre

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	35/2021	Alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 109 de 2021	22/06/2021
SDG	34/2021	Gestão da Previdência Complementar	19/06/2021
SDG	33/2021	Cadastro de Obras públicas - Municípios e Estado	18/06/2021
SDG	32/2021	Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas - Atualização	17/06/2021
SDG	31/2021	Nova Lei de Licitações	17/06/2021
SDG	30/2021	Relação de Entidades e órgãos apenados	03/06/2021
SDG	29/2021	Contabilização de recursos decorrentes da LC nº 151/15	27/05/2021
SDG	28/2021	Sistema VaciVida – Remessa de dados atualizados	12/05/2021
SDG	26/2021	Despesas correntes e receitas correntes - 1º bimestre de 2021	08/05/2021
SDG	27/2021	Certidão para fins de operação de créditos	07/05/2021
SDG	25/2021	Cumprimento de Metas do PNE no PPA	06/05/2021
SDG	24/2021	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	04/05/2021
SDG	22/2021	Processos instruídos - Fiscalização, ATJ e SDG - 1º Trimestre	29/04/2021
SDG	23/2021	Formulário de Pesquisa - SIAFIC	16/04/2021



ESTADO DE SÃO PAULO



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo